

B. N.

34688

H. G.

OS LIVROS DO POVO

NOÇÕES DE TUDO

Portugal contra a Alemanha

31

5 CENTAVOS

(50 RÉIS)

LIVRARIA PROFISSIONAL

LARGO DO CONDE BARÃO 49

LISBOA

~~HG
11866~~

HG
3468

OS LIVROS DO POVO

Portugal contra a Alemanha

— POR —

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA

Professor de história na Escola de Belas Artes

9.ª SECÇÃO

PORTUGAL NA HISTORIA



17.69047

EDITOR—PEDRO BORDALLO PINHEIRO

LIVRARIA PROFISSIONAL

LARGO DO CONDE BARÃO 49
LISBOA

1919 57



PORTUGAL CONTRA A ALEMANHA

I

Origens da guerra europeia

Em 1871, derrotada a França depois de uma curta guerra, a confederação dos países germânicos, que a vencera, restabeleceu o antigo Império da Alemanha, sôb a supremacia da Prússia. O rei dêste país foi solênemente coroado imperador, sôb o nome de Guilherme I.

Que era a Prússia? Reino criado em 1701 para o eleitor de Brandeburgo, não passava a comêço de um agregado de territórios esparsos, alguns dos quais fóra dos limites da Alemanha. Os Hohenzollern, que o dominavam, consegui-

ram engrandecê-lo à custa das nações vizinhas, entre elas a Polónia, desmembrada em proveito da Prússia, da Áustria e da Rússia, a Suécia, à qual a Prússia conquistou a Pomerânia, a Dinamarca, que se viu forçada a ceder-lhe o Schleswig-Holstein, a França, que naquela guerra perdeu a Alsácia-Lorena. Já em 1866, pela derrota dos austríacos em Sadowa, a hegemonia dos Hohenzollern tinha substituído na Alemanha a velha supremacia da casa de Áustria.

Esta evolução política, conjugada com a inegável prosperidade material do Estado, era sem dúvida devida ao regimen militarista, de que a Prússia, desde o século XVIII, se tornára o prototipo. Esse regimen era contudo, dentro das fronteiras, uma forma brutal de despotismo; para o exterior, uma constante ameaça de ambições insofridas.

Começaram as nações da Europa a sentir fortemente o peso destas ambições, sobretudo depois da constituição

do novo Império Germânico. A desconfiança mútua, alimentada pela arrogância da Alemanha e pelas intrigas da sua diplomacia, originou essa anómala situação de paz armada, paz precária e instável, que sobrecarregou as finanças de todas as potencias com despêsas tão avultadas como as da guerra, que ela pretendia evitar. Todavia, durante o reinado de Guilherme I, a Alemanha não se valeu do seu poderio militar senão para manter as suas conquistas e velar pela sua segurança. Foi quando Guilherme II subiu ao trôno que se iniciou a chamada «política mundial», que tendia a submeter todas as questões internacionais ao arbitrio da Alemanha e a firmar o seu predomínio sobre todos os pontos do globo.

Forçoso é reconhecer que o enorme desenvolvimento industrial da Alemanha justificava, sôb o ponto de vista económico, as suas ânsias de expansão. Elas iam-se porém realizando, á sombra da paz, pela invasão pertinaz de todos os

mercados, com o indubitável benefício do barateamento dos produtos, embora com prejuízo da sua qualidade.

O imperialismo alemão não se contentou com esta vitória no campo económico. Ambicionou assegurá-la igualmente no campo político. Ao mesmo tempo que o seu poder militar, cientificamente organizado, se avolumava a proporções colossais, acrescido com uma força naval que aspirava a competir com a da Grã-Bretanha, os sábios, os professores, os filósofos, os jornalistas, iam preparando a mentalidade germânica ao sabôr dos planos de conquista universal. Sofismando a história, pervertendo a moral, deformando a ciência, lisongeando o orgulho nacional, foram capacitando o povo alemão da sua missão messiânica de dominar a humanidade inteira, entre a qual a vontade divina lhe dá a superioridade. Assim aprestavam a horda insensata que, em proveito da autocracia militarista, devia escravizar o mundo.

Mas, para o conseguir, ainda não podiam dispensar cúmplices, ou, para melhor dizer, instrumentos servis. A Tríplice Aliança, contraída pela Alemanha com a Áustria e a Itália, com intensões defensivas para assegurar a paz, mascarava afinal a subserviencia da Áustria diante do seu vencedor de Sadowa. Compreende-se que assim succedesse, pois que a dinastia dos Hapsburgos recisava de um forte amparo para manter a unidade de um império de retalhos, formado artificialmente de nacionalidades heterogéneas, e para não perder a supremacia na Península dos Balkans, onde povos de raças diversas aspiravam por agregar-se independentes.

Em presença do character aggressivo que assumiu a Tríplice Aliança, denunciado em várias conjunturas, na China, na África do Sul, em Marrocos, na Pérsia, pelas ameaças germânicas, a Inglaterra uniu-se ao grupo formado pela aliança da França e da Rússia, consti-

tuindo a Triplice Entente, que neutralizava aquelas tendencias.

A guerra balkânica, engrandecendo os estados da península á custa da Turquia, contrariou as ambições da Áustria, que já quatro ânos antes, em 1908, anexara brutalmente a Bósnia, reclamada pela Serbia. Esta ultima nação, fortalecida ainda pela derrota infligida aos búlgaros, era um estorvo à politica conjugada da Áustria, que a todo o custo queria preponderar nos Balkans, e da Alemanha, que pretendia estender a sua influencia até Salónica e até Bagdad, na Mesopotamia.

O patriotismo serbio ressentiu-se das violências da Áustria. Fanáticos, em 28 de Junho de 1914, assassinaram em Serajevo, capital da Bósnia, o herdeiro presuntivo da corôa austro-húngara e sua esposa morganática. Foi êste facto o ponto de partida da grande guerra, de ha muito preparada pelos impérios centrais.

Em 23 de Julho, o governo austriaco envia à Serbia um humilhante ultimatum, cominando medidas, com respeito ao processo dos assassinos e à propaganda nacionalista, que implicavam a abdicação dos direitos de um povo livre. Êste documento, se não foi concertado nos seus termos expressos com a chancelaria alemã, obteve certamente a sua aquiescência, quanto à substância. Provam-no as revelações contidas nos livros diplomáticos das diferentes potencias, demonstra-o sem sombra de dúvida a recente noticia do conciliábulo realizado em Potsdam, a 5 de Julho, com assistência dos principais homens de estado da Áustria e da Alemanha.

Apezar do character arrogante das exigencias, a Serbia submeteu-se a elas, com leves restrições que poderiam ser objecto de negociações ulteriores. Mas não era isso o que queriam os Impérios Centrais. Para eles, estava chegado o momento de desencadear a guerra euro-

peia. Sabiam que a Rússia, cabeça das nações eslavas, não deixaria esmagar a Serbia, povo da mesma raça. Desejavam que a intervenção dessa potência justificasse a intervenção paralela da Alemanha, em favor da Áustria. Não ignoravam as obrigações da aliança franco-russa, que levaria a França a fazer causa comum com a Rússia. Nenhuma dessas considerações deteve a Áustria, que rompeu logo com a Serbia. E de então por diante, os factos precipitam-se. Apesar das sinceras tentativas de conciliação feitas pelas chancelarias da Inglaterra, da França, da Itália, da própria Rússia, esta última vê-se forçada a mobilizar, a Alemanha declara-lhe guerra, declara guerra à França. Logo a seguir, invade a Bélgica para chegar rapidamente ao território francês. E, como a neutralidade da Bélgica era garantida pelas potências da Europa, incluindo a própria Alemanha, entra na contenda a Inglaterra, para defesa do direito internacional violado.

Tais são, em resumo, as origens e os inícios da conflagração, que foi lavrando continuamente, até se ateiar, pôde quasi dizer-se, em todo o mundo civilizado.

II

Situação de Portugal perante a guerra

Ocorre naturalmente perguntar : quais os interesses de Portugal, affectados pelo conflito ?

Pódem êles distribuir-se em três espécies :

- 1.º Interesses de política internacional ;
- 2.º Interesses de política geral ;
- 3.º Interesses de ordem moral.

Claro que esta classificação, como se vai vêr, não tem um absoluto valôr discriminatório. As duas primeiras espécies abrangem interesses que, em rigôr, se poderiam integrar na última, ao passo que esta não exclue de todo os fenôme-

nos materiais, sempre conjugados com os preceitos da lei moral.

Entretanto, por falível que seja, a classificação proposta servirá para metodizar a nossa exposição, especialmente dirigida aos espíritos menos familiarizados com as sciências históricas e políticas.

Nésta exposição, que explica e justifica a intervenção de Portugal, apoiar-nos-êmos principalmente em deduições racionalmente tiradas da nossa situação no mundo, á mingúa de uma documentação completa, que só poderia fornecer-nos o texto autorizado dos papeis diplomáticos.

O seu exame póde considerar-se aliás de secundária importância para o fim que temos em vista. A guerra, em que se acha envolvido quási o mundo inteiro, é, sobretudo no que respeita aos aliados, uma guerra de nações, e não de govêrnos. A acção das chancelarias, que nos tempos do regímen absolutista se exercia

no sigilo dos gabinetes, confôrme as conveniências dinásticas, tem de submeter-se hoje à vontade expressa dos povos, manifestada nos parlamentos e nos órgãos da opinião pública. Não é pois lícito supôr que o govêrno portugûês haja tomado deliberações que não correspondam às correntes dessa opinião, aos sentimentos do povo, às condições patentes da nossa situação internacional, á significação política e moral do conflito.

Por isso, é sobretudo a êstes factores que nos reportâmos, convencidos de que nenhum acto confidencial alterará na essência as nossas afirmações.

III

Interesses de política internacional

A mais velha das alianças, que subsistem no mundo civilizado, é certamente a que liga Portugal á Inglaterra. Remonta á mais de seis séculos, tendo persistido

através de todas as transformações políticas de um e outro país e tendo sobrevivido às perturbações eventuais, produzidas pelos interesses mútuos em conflito.

O primeiro tratado, que sanciona essa aliança, foi firmado em Junho de 1373 entre o rei de Inglaterra Eduardo III e o rei de Portugal D. Fernando I. Dôze anos depois, feria-se a memorável batalha de Aljubarrota, que assegurou a independência de Portugal; nas filas portuguesas combatiam por esta causa sagrada umas centenas de frêcheiros ingleses; e o novo rei D. João I, eleito pelo povo, confirmava em 1386 o pacto de aliança.

Após a revolução de 1640, no momento em que a sua independência é ainda posta em grave risco pelo poder da Espanha, Portugal encontra estímulo e fôrça moral na sua velha aliada, com quem no âno de 1642 renova o tratado. Durante os séculos XVII e XVIII, outros

diplômas contribuem para o estreitamento da aliança. Na guerra da sucessão da Espanha, ingleses e portugueses lutam lado a lado a favôr de um dos pretendentes.

Chega-se ao comêço do século XIX, e são tropas inglêsas as que se únem ao nosso exército para defender o território português, na Roliça, no Vimeiro, no Bussaco, contra as invasões de Napoleão; são as mesmas hostes aliadas que, na guerra da Península, perseguem os arrogantes invasôres até ao sul da França.

Feita a paz geral em 1815, consolida-se ainda a antiga aliança. E todas as cláusulas das diversas convenções são em 1898 relembradas pelo govêrno britânico, a aliança é solenemente consagrada pelo rei Eduardo VII, por ocasião da sua visita a Lisboa. A mudança das instituições políticas em Portugal não altera as íntimas relações entre os dois países: assim o declára oficialmente o govêrno português, pela bôca do seu presidente.

em 15 de Março de 1912; assim o corrobora o governo britânico, autorizando essa declaração formal.

Sabidos estes antecedentes, nunca poderia a atitude de Portugal retrair-se à sombra da neutralidade, quando rebentou em agosto de 1914 a formidável conflagração. A aliança com a Inglaterra impunha-lhe um dever de honra, a que ele não podia escusar-se. E o desempenho desse dever era também, digâmos, o único procedimento compatível com os nossos interesses, tanto continentais como ultramarinos.

Por mais poderosa que seja uma nacionalidade, não existe hoje meio de se manter num isolamento egoísta. Pelas suas necessidades económicas, pelo estreitamento das relações mercantis, pela comunidade de aspirações políticas, há uma dependencia mútua dos povos. Emquanto não se chegar a uma ideal associação pacífica entre todos eles, impõe-se a formação de agrupamentos entre

aqueles cujos interesses sejam comuns ou colidam o menos possível.

Bem o demonstrou praticamente a própria Inglaterra, abandonando o que ela chamava o seu «esplendido isolamento» para se ligar à França e à Rússia pela Triplice Entente.

Portugal, pequena nação com um vasto império colonial, não poderia subsistir como país livre, sem estar ligado a um forte sistema de alianças, ou pelo menos a uma potencia que, por um contracto de mútuo auxílio, o assegurasse contra agressões possíveis.

Nenhuma, como a Inglaterra, interessada em manter a geografia política da Península Hispânica, garantiria a nossa independência continental. Nenhuma, como ela, nossa vizinha em todos os pontos do glôbo, com territórios de sobra para a livre expansão da sua colossal actividade, poderia contribuir para o desenvolvimento e para a segurança dos nossos domínios coloniais.

No conflito presente, outra circunstância concorria para receiarmos a vitória da Alemanha. Não era já mistério para ninguém o ideal pangermânico, adverso à existencia das pequenas nacionalidades; não o eram tão pouco as desmedidas ambições da Alemanha, com respeito ao nosso património ultramarino.

Justificada foi pois a declaração ministerial, feita a poucos dias do começo da guerra, de que Portugal se manteria fiel à letra dos tratados que o ligavam á Grã-Bretanha. Isto, comquanto não nos envolvesse desde logo em beligerância, excluía qualquer ideia de neutralidade, e tinha como consequência a concessão de todos os favores que pela Inglaterra nos fossem solicitados.

Não os regateámos com efeito. Démos-lhe o material que de momento podíamos dispensar, concedemos todas as facilidades ao seu abastecimento, acordámos com ella a eventual cooperação das nossas

tropas nos campos de batalha da Europa. Durante um largo período, em que mantínhamos com os Impérios Centrais as nossas relações diplomáticas, não deixávamos de honrar os nossos compromissos tradicionais. E no entanto, multiplicavam-se na África os actos hostis dos alemães, traiçoeiramente dirigidos, não contra beligerantes que não eramos, mas contra os amigos da Inglaterra inimiga.

O governo alemão não ignorava contudo os sentimentos do povo português, nem as nossas disposições de satisfazer-mos, até onde fosse possível, os compromissos da nossa aliança. Para nos declarar a guerra, êle escolheu porventura o menos plausível dos pretextos.

Foi a requisição dos navios alemães, que desde o começo da guerra se refugiaram em portos portuguezes, ao abrigo da nossa bandeira. Essa requisição, feita por solicitação de Inglaterra, era de sobra justificada pela falta de transportes

para o nosso abastecimento, e essa falta era determinada pela destruição exercida por submarinos alemães. Rodeiavam esse acto todas as cautelas jurídicas para que os proprietários fossem a seu tempo indemnizados.

Já a Itália, antes de se declarar beligerante, praticara um acto análogo, e mais tarde o Brasil, em identicas circunstâncias, recorreu ao mesmo expediente. Num e noutro caso, a Alemanha limitou-se a simples protestos diplomáticos, sem elevar o facto ás condições de um *casus belli*. Foi só Portugal que lhe mereceu a exacerbação da ira, talvez mais adequadamente manifestada quando, desde o começo da guerra, oficialmente se patenteou a nossa simpatia pela causa da nossa aliada tradicional.

Foi em 9 de março de 1916, uns quinze dias depois da requisição, que a Alemanha, sem atender ás alegações que justificavam esse acto, declarou a guerra a Portugal. Essa tardia declaração, por

maiores que fossem as dificuldades materiais a que nos conduzia, teve a vantagem de colocar Portugal na única atitude lógica que lhe impunha a sua situação internacional. Assumindo a beligerância, Portugal, ao mesmo tempo que claramente zelava a sua velha aliança, mantinha a política mais consentânea com os seus interesses.

Se acaso êle se houvesse subtraído ás consequências daquêle pacto, se não tivesse lialmente atendido ás reclamações da sua aliada, se tivesse procurado manter-se numa cómoda neutralidade, possível é que a Alemanha o poupasse durante as hostilidades ás suas agressões, coroadas pela extemporânea declaração de guerra. Mas quais seriam as enormes dificuldades opostas pelas potências aliadas ao nosso comércio, ao nosso abastecimento, á nossa defeza económica? Sem dúvida alguma, quando outras calamidades nos não ameaçassem, a carência de comunicações marítimas e o cerramento

de mercados em breve prazo esfaimaria a população de Portugal.

E, dado que sobrevivesse a estas provas, que sucederia a Portugal se na futura conferência da paz êle não tivesse voz, nem amigos que o amparassem? Qualquer que fosse o resultado da guerra, com a Alemanha triunfante ou a Inglaterra vitoriosa, é segurissimo que o corpo da nação portugueza seria retalhado, para distribuição de penhores de paz ás potências contratantes. Por feliz se daria Portugal se, perdidas as suas colónias, o seu território europeu permanecesse ainda intacto. São tantas e tão sôfregas as cubiças que nos espreitam! É tão dolorosa a experiência que temos adquirido em analogas convenções internacionais!

Essas tristes contingências acham-se desviadas pela nossa decisiva entrada na guerra. Reclamada pela secular aliada a participação das nossas tropas na defeza do território francês invadido, realizada

de ha muito a nossa cooperação em terras de África, o sangue português, derramado em prol de uma justa causa, é segura garantia para a intangibilidade do nosso território e para a manutenção da nossa independência.

Sem ambições de conquista, é nisto que se cifram os interesses nacionais pelos quais combatemos.

IV

Interesses de política geral

A poucos passos do início da guerra, começou a entrar nitidamente no espírito dos povos a importância das suas consequências sobre os organismos nacionais. De um conflito armado entre dois grupos de nações, ela transformava-se numa luta entre dois princípios adversos e inconciliáveis de governo, entre dois sistemas contraditórios de política.

A Alemanha, arrastando na sua esfe-

ra o reacionário Império Apostólico da Áustria, depois a Turquia intolerante e sanguinária, mais tarde a Bulgária ávida de conquistas, representava as velhas ideias de despotismo, fundado no direito divino, apoiado na força bruta das armas. O seu triunfo ameaçava ao mesmo tempo a independência das nações e a soberania dos povos.

Com efeito, isto deduzia-se claramente, não só do regimen dominante na Alemanha, mas também do seu espirito, manifestado em livros, em jornais, em discursos, alguns dos quais saídos da própria boca do Kaiser.

Com respeito ao regimen, sabido é como os governos alemães, apesar do desenvolvimento colossal do socialismo, resistem a todas as reivindicações liberais que restrinjam a autoridade imperial. O parlamento do Imperio, o Reichstag, nunca se sobrepõe á vontade do soberano, o qual está convencido da exclusiva origem divina do seu poder. Os governos

são portanto responsáveis apenas perante o Imperador. É, sob a máscara de parlamentarismo, o absolutismo puro.

Este regimen anacrónico não seria perigoso para os outros povos, regidos por instituições democraticas, se não derivassem dele outras concepções, ligadas ao sonho de domínio universal, aferrado na alma germânica.

Negando os principios de soberania popular, a Alemanha recusa naturalmente aos povos o direito de disporem dos seus destinos. A unica lei a que elles tem de obedecer é a vontade do mais forte. Segundo esta doutrina, as pequenas nacionalidades, não possuindo meios poderosos de resistência, estão condemnadas á morte. Quando se lhes tolere a existência, o seu regimen interno tem que lhes ser imposto pelo arbitrio das grandes potências dominadoras.

Se os alemães conseguissem, pois, estabelecer o seu predomínio, a consequência seria a imposição do absolutismo

civil e militar do Estado a todas as nações do mundo. E dizemos todas, porque a vitória da Alemanha não afectaria apenas os paizes beligerantes. Os neutrais ficariam igualmente submetidos a uma vassalagem vergonhosa, quando não fôsem vítimas de uma absorção violenta.

Não são mistério para ninguém os planos formidáveis do pangermanismo, doutrina preparada desde o advento do irrequieto Guilherme II ao trono imperial,

Êles compreendiam em globo: no Ocidente, a anexação da Bélgica, da Holanda, do Luxemburgo, da Flandres franceza; no Oriente, a conquista definitiva da hegemonia balkânica, a absorção da Polónia russa, a forte expansão germânica extendendo-se através da Ásia Menor e da Mesopotâmia até ao Golfo Pérsico; na África, a formação de um grande império colonial, á custa da Bélgica, de Portugal e da França; na América, o predomínio económico sôbre as repúblicas latinas do hemisfério austral: no Ex-

tremo Oriente, os tentáculos lançados sobre a China, sobre as colónias neerlandesas, sobre a própria Austrália.

Êsses sonhos ambiciosos podiam resumir-se no grito de guerra: *Deutschland über alles!* (A Alemanha acima de tudo!), que não constituía apenas um desabafo de megalomaniacos, mas uma doutrina de política mundial. Assim, por exemplo, o revelava desde 1904 o chanceler do Império, príncipe de Bülow, proclamando num discurso solene:

«Que o rei esteja á testa da Prússia, a Prússia á testa da Alemanha, a Alemanha á testa do universo!»

Ora, para não acumularmos citações de outros textos oficiais igualmente significativos, a Alemanha á testa do universo representava simplesmente a escravização da humanidade inteira, a sua transformação num rebanho de servos, afanando-se para a felicidade dos orgulhosos barões prussianos. Foi para a rápida realização de tal sonho que a Alemanha

julgou azado o momento de desembainhar a potente espada, arrastando após si os sicarios que lhe favoreciam os intentos.

Diante dêste conluio tenebroso, levantava-se a França, velha pátria de todos os ideais generosos; a Inglaterra, abrigo sécular da liberdade humana; a Rússia autocrática, que amparava um povo da sua raça, agredido e humilhado. Defendiam a Bélgica martirizada, a heróica Sérbia, que rechaçava o invasor, o seu proprio solo espesinhado pelo teutão, a sua situação internacional ameaçada. Mas o que sobrelevava, de sagrado e imanente na sua causa, era a defeza do direito dos povos á independência, o respeito pela sua vontade na aglomeração das nacionalidades, a vitória dos princípios da democracia sobre o despotismo revigorado.

Esta significação do conflito, sentiram-na instintivamente os povos do mundo inteiro. Sentiram-na particularmente os

portugueses, que desde o início manifestaram as suas simpatias pela causa dos aliados. Não foi, sem dúvida, unânime este sentimento. Obcecados por um insensato espírito de facção, alguns monárquicos, entre os quais é de justiça não contar o rei destronado, julgaram ver no triunfo, que elles reputavam certo, da Alemanha a restauração dos organismos reaccionários, aniquilando as forças da Revolução. Aqueles que de boa fé assim pensavam—pois dos outros é melhor não falar—não viam que, monarquia ou república, Portugal seria fatalmente asfiado sob o peso do cesarismo germanico. As nossas colónias serviriam para engrandecer o império colonial, sonhado pela Alemanha. E quanto á parte continental, as últimas revelações do *Times* bem mostram como ela servia de cevo para sustentar a benévola neutralidade da Espanha.

A lavareda foi lavrando e crescendo, á medida que os governos, abrindo os

olhos diante das brutalidades teutónicas, se foram compenetrando do perigo que logo entrevira a intuição dos povos. Foram percebendo que os aliados combatiam, no dizer do grande estadista britânico Lloyd George, «para derrotar a mais perigosa das conjuras que se teem tramado contra a liberdade das nações, cuidadosa, hábil, insidiosa, clandestinamente planeada em todos os pormenores com implacável e cínica determinação».

Assim foi engrossando a aliança dos combatentes em prol da liberdade. Juntou-se-lhes sucessivamente o Montenegro, irmão da Sérvia; o Japão, ameaçado pelo colosso germanico; a Itália, da qual a Áustria retinha ainda troços desmembrados; Portugal, envolvido na luta pela fidelidade á sua velha aliança, ainda quando outras causas o não determinassem; a Roménia, que reivindicava a integração de territórios onde, sob o jugo estrangeiro, vivia gente da sua raça; os Estados-Unidos da América, afrontados na

sua dignidade, levados pelo generoso impulso de amor, á justiça; as repúblicas americanas de Cuba e do Panamá, arrastadas pelo mesmo nobre sentimento; a Grécia, livre finalmente das peias com que um monarca fementido a levava á ingratidão e á perfídia; o longinquo reino de Sião, ansioso por se mostrar digno da civilização europeia; a China, desejava de se emancipar da intriga germânica. E, se não entravam francamente na liça, cortavam as relações diplomáticas com a Alemanha, sequestrando-a ao convívio das nações civilizadas, o Brasil, a Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Libéria, Haiti, S. Domingos, e é provavel que a República Argentina não tarde a seguir-lhes o exemplo.

Em princípio de Agosto deste ano de 1917, o crítico militar de um jornal bávaro confessava com amargura que a diplomacia britânica conseguira congregar 1350 milhões de inimigos contra os 150 milhões de alemães ou ade-

rentes da causa alemã. «Se se apelasse para o juízo da humanidade numa conferência ou tribunal mundial», acrescentava o jornalista, «a proporção seria de 135 para 15».

O cálculo é proximamente exacto. O que é incorrecto é a atribuição de responsabilidade. Não foi a diplomacia britânica, por muito que haja concorrido para desvendar os tenebrosos propositos, quem moveu as nações á guerra contra a Alemanha. A sua acção seria inefficaz, se na consciência universal não tivesse entrado o horror a esses propósitos, tanto sob o ponto de vista da organização social dos povos, como sob o aspecto estritamente moral, de que a seu tempo nos occuparemos.

Dois factos retumbantes vieram dar consistência e harmonia a essa liga dos povos contra a alcateia dos déspotas.

Foi o primeiro a formidável revolução russa, que transformou a monarquia mais autocrática da Europa numa nação livre,

que deu a alforria definitiva a umas duas centenas de milhões de servos de gleba, tornando-os cidadãos. Até então, a Rússia era um factor híbrido na aliança das democracias. Havia razões, que numerosos documentos têm justificado, para se suspeitar da sua sinceridade. A sua transformação política integrou-a nos ideais comuns a todos os aliados. E não se diga que as perturbações, inerentes á deslumbradora conquista da liberdade, diminuíram, mais do que temporariamente, o seu poder de resistência, o seu ímpeto na agressão. O seu importante concurso seria anulado, sem sombra de dúvida, se o czarismo, continuando a dominar, levasse a efeito a traiçoeira defecção, que estava urdindo com o inimigo.

O outro facto foi a cooperação da grande República Norte-Americana. O advento deste novo aliado merece com efeito menção especial.

Os Estados Unidos tinham mantido desde o começo da guerra uma neutrali-

dade exemplar. Para isso os levava a sua política tradicional, que os alheava de qualquer conflito em que os interesses americanos não estivessem em jogo. Pode afirmar-se que, longe de lesar os seus interesses económicos, a guerra europeia contribuía para os favorecer numa escala enorme. Se o bloqueio dos Impérios Centrais diminuía com êles as relações mercantis da América, o fornecimento de matérias primas, de produtos industriais, de munições de guerra sobretudo, ás nações aliadas, augmentava colossalmente a riqueza dos Estados Unidos. Materialmente, é lícito dizer que das calamidades alheias se originava para a grande República uma prosperidade inaudita. Moralmente, o seu retraimento era perfeitamente explicável pela constituição heterogénea da sua população. As simpatias raciais não consentiam uniformidade de opinião. Embora na antiga colónia britânica preponderasse naturalmente a raça anglo-saxónica. o ele-

mento germânico é ali consideravel, constantemente acrescido por uma vastissima imigração. Em mais de dez milhões de individuos o avaliam. Conquanto se aproveitem das largas facilidades concedidas pela lei americana ás naturalizações, esses alemães de nascença ou de sangue não desfazem os laços que os prendiam á pátria de origem. Sete centos professores alemães, espalhados pelas universidades da América, auxiliados por numerosos jornais, por espectaculos publicos, por sermões nos templos, desde o começo da guerra alastravam pelos Estados Unidos uma intensa propaganda germanófila.

Como é que, dadas estas premissas, a conclusão ilógica foi a entrada dos Estados Unidos na guerra? É que à falível persuasão se seguiu a intimação, tendente a evitar o abastecimento dos aliados, por meio de grèves, incêndios, explosões, e outros processos violentos; é que se fez luz sobre os morticínios de criaturas

indefesas, a destruição de monumentos artísticos, a violação de todos os princípios de direito das gentes; é que o torpedeamento do *Lusitania* e de outros navios, em que cidadãos americanos pereceram, exasperou a opinião pública; é finalmente porque, ao passo que a indignação se levantava em ondas no coração do povo, os estadistas da livre América compreenderam que a supremacia do militarismo alemão era incompatível com a existência dos povos livres no mundo.

Foi por isso que o presidente Wilson conciliou as suas tendencias pacifistas com a resolução belicosa a que foi arrastado. Os ideais de justiça e de paz universal, eloquentemente proclamados nas suas mensagens, que são porventura os mais belos documentos, jámais emanados de um chefe de Estado, nunca seriam atingidos, se não se esmagasse de vez o espírito militarista, representado pela Alemanha. Para que a presente guerra, a mais terrível que tem ensan-

guentado a humanidade, tivesse a probabilidade de ser a ultima, era forçoso que se extinguisse o vèspeiro de onde irradiava o germen daninho.

Ora se esta convicção, embora tardia, agitou a mentalidade pouco idealista dos americanos, como não haviam de obedecer a ela os portuguezes, cuja espontânea intuição desde o principio lhes iluminara a intelligência?

Tomando resolutamente as armas em favor da justiça ultrajada e da liberdade ameaçada, Portugal defendia os seus direitos de nação livre. Se a poderosa América não se julgava segura, apesar da barreira do Atlântico, contra as investidas do velho espirito de conquista, Portugal via a dois passos levantar-se o fantasma lúgubre, abrindo as fauces para engulir o nosso património colonial, extendendo as garras para estorcegar as pequenas nacionalidades. Que importavam, diante da pavorosa visão, as comesinhas dissensões sobre formas constitucionais

de governo, incidente afinal de contas de transitório interesse para a vida internacional? O que se desmoronava, debaixo dos pés vitoriosos dos teutões, era a nossa existência, o nosso futuro de nação livre.

Como em fins do século XIV, como em meados do século XVII, como em começos do século XIX, Portugal defende hoje os interesses sagrados da sua independência, unindo-se aos campeões da liberdade humana. Como em todas as revoluções, que desde 1820 até 1910 aspiravam á conquista da sua soberania, o povo português entra na liga das democracias do mundo contra o despotismo absorvente. Porque a guerra actual é ainda a Revolução Francesa em marcha; é, esperêmo-lo, o descarregar do golpe mortal sobre os últimos e terri-veis arrancos do monstro.

V

Interesses de ordem moral

Não foi com a presente guerra que os planos dominadores da Alemanha entraram em via de realização. De ha meio século a esta parte que a invasão germânica se vai estendendo pelo mundo, á sombra da paz. No campo económico, é sabido como a sua indústria alagou todos os mercados. E seria injustiça negar a este facto uma benéfica importancia material. Graças á perfeição dos processos, á modicidade da mão da obra, ás leis protectoras da exportação, é fóra de dúvida que a indústria alemã barateou artigos indispensáveis, e poz ao alcance das bolsas modestas os que, por supérfluos, até então só poderiam ser adquiridos pelos abastados. É certo que a qualidade era, por via de regra, sacrificada á quantidade, que o fabrico não competia em

perfeição com os produtos similares de outras procedências, que a falta de engenho inventivo ou a ânsia de anular a concorrência conduziam pela imitação à falsificação, que a dignidade industrial era geralmente desdenhada num centro de produção onde ao crédito de novas firmas se preferia a expoliação das alheias já acreditadas. Sem embargo, os resultados eram certamente vantajosos, sobretudo para a grande massa proletária das populações, a qual se familiarizava com os cómodos que até então eram apanágio da opulência.

Ah! porque é que, enveredando embora por mais honestos caminhos, a Alemanha não se contentou com este triunfo económico?

Porque? Porque a camarilha dos nobres prussianos aspirava á conquista política do mundo, e para isso, com a cumplicidade dos intelectuais da Alemanha, propinava os venenos que deviam inocular a consciência moral do povo alemão

e contaminar a terra inteira, preparando-a para o jugo.

Para legitimar á luz da consciência as suas ambições desmedidas, era necessario que uma nova concepção da moral surgisse da culta Alemanha. Essa concepção, forjada por uma filosofia perversa, ávidamente aproveitada pela casta militar, largamente propagada pelos publicistas, fundava-se neste aforismo célebre: A Força prevalece sobre o Direito.

Não era a constatação de uma lei funesta da natureza, contra a qual, desde o alvorecer da civilização humana, se tinham acumulado barreiras sociais e religiosas. Essa maxima, baseada na doutrina scientifica da luta pela vida, era arvorada como préceito moral a que tinham de submeter-se os homens, assim como se lhe submetiam os animais. Rigorosamente, o reconhecimento da absoluta preponderância da força excluía a existência do direito. Considerava-se pois

legítimo que o mais forte sacrificasse à livre expansão das suas paixões os interesses, a felicidade, a propria vida dos fracos.

A monstruosa doutrina teve um desenvolvimento sistemático na obra de um filósofo eminente, Nietsche, a qual em todo o mundo alcançou triste voga. Entendia ele que a humanidade inteira devia submeter-se ás organizações privilegiadas por um excesso de energia, as quais ele alcunhava de super-homens. Era a negação de toda a moral e de toda a justiça, a consagração da violência e da rapina. Praticamente adaptada pelos militaristas alemães, deu-se à doutrina uma interpretação colectiva. O super-homem alargou-se para a super-nacionalidade. E a super-nacionalidade era a Alemanha, destinada pela prevalência da sua força e da sua inteligência a dominar os outros povos.

É claro que esta concepção, ao mesmo tempo que inflava colossalmente o

orgulho germânico, tendia a dissolver todas as noções morais, radicadas no espírito pela civilização cristã. As noções de honra, de dignidade, de dever, de respeito pela vida e pela propriedade alheias, de caridade com os miseráveis, de piedade com os oprimidos, o horror à violência injusta, o ódio da tirania, a abominação da perfídia e do crime, tudo isso, que reputamos cláusulas essenciais do viver social, desaparecia dos corações, desde que o culto da força os enchia de todo.

Era, em resumo, o edifício da moral cristã, lentamente construído por muitas gerações, esse edifício debaixo do qual, crentes ou descrentes, todos abrigamos a nossa vida social, que se desmoronava, para que sobre as ruínas campeiasse o Kaiser. Era o regresso fatal à barbárie, pois que não pôde haver existência civilizada onde os fracos se encontram à mercê da brutalidade dos fortes, onde constitucionalmente se estabelece um

conflito feroz de egoismos, em revolta perene contra o egoismo preponderante.

Os resultados deste doutrinamento, ainda levemente mascarados durante a paz, revelam-se brutalmente desde o início da guerra, provocada pela Alemanha que se supunha irresistível. O chanceler alemão proclama alto e bom som que «a necessidade não conhece leis», e desculpa-se da invasão da Bélgica, neutralizada por uma convenção internacional, afirmando com o maior desplante que os «tratados não passam de farrapos de papel». É a deslialdade erigida em sistema de governo.

Logo a seguir, a Alemanha piza aos pés todos os preceitos, por ela propria garantidos, que deviam restringir os horrores da guerra. Incendeia Louvain, bombardeia a catedral de Reims, chacina mulheres e crianças, deporta e escraviza populações inermes, executa reféns, afunda navios neutrais, semeia devastações inúteis, refina as torturas, destroe hospi-

tais, mente ao vêr os seus tramas descobertos, calunia para se descarregar de responsabilidades, revive em ponto colossal as mais abominaveis tradições da história. É, posta em acção, a teoria da Força bruta, valendo-se da sciência para acrescentar seus malefícios, perversendo-a para aplacar quaisquer rebates de consciência.

Fatalmente, a ausência de sanção moral para os excessos da Força, quando exercida pelo Estado, reflecte-se nos actos individuais. Uma alma rude nunca compreenderá por que motivo não lhe será lícito o roubo, o assassinio, a violência, a deslialdade, cujo exercício é objecto de elogios, quando o agente é essa entidade colectiva que se chama o Estado.

O pernicioso ensinamento era ministrado, dentro da Alemanha, na escola e na caserna. Assim se estimulavam as tendencias de regressão ao barbarismo, formando uma mentalidade, apta a des-

culpar todos os crimes e a extinguir todos os escrúpulos. A espionagem, transformada em dever cívico, desenvolvia as mais ignóbeis faculdades: a dissimulação, a hipocrisia, a perfídia. E, para que se completasse a revivescência da educação jesuítica, impunha-se a abdicação da vontade individual perante os interesses ambiciosos do Estado, e perfilhava-se a velha maxima scelerada: «O fim justifica os meios».

A submissão servil ao arbítrio supremo importava uma supersticiosa veneração pela força armada, que era o seu instrumento necessário. Assim se avolumavam os privilégios, a arrogância, a brutalidade da casta militar, a qual zombava impunemente da lei e da justiça.

Bem o provou o célebre incidente ocorrido pouco antes da guerra em Saverne, cidade da Alsacia. Num conflito entre paisanos e militares, os magistrados deram razão aos primeiros. O co-

mandante militar chegou a ser asperamente censurado no Reichstag. Pois o Príncipe Imperial não se pejou de o felicitar publicamente pelo seu procedimento, e a merecida punição redundou em apoteose.

Se durante a paz os resultados desta cultura raro transpiravam para fóra da Alemanha, a guerra veio patenteá-los aos olhos pasmados do mundo. As atrocidades são metodicamente regulamentadas e rigorosamente executadas. Mas não se tolhem os excessos da soldadesca, entregue aos instintos de fera. Se as autoridades ordenam incêndios, pilhagens, devastações, matanças de prisioneiros e de civis indefesos, todos os actos tendentes a engendrar o terror, que admira que os soldados se julguem, com aplauso até dos superiores, autorizados a refocilar-se para sua satisfação individual no roubo, na violação, no assassinio, em quantos crimes lhes aconselha a cubiça, a lubricidade, a ânsia de sangue?

Doloroso é que estas aberrações deformassem o sentimento germânico e amoldassem para o mal a alma de um povo, susceptível de generosos impulsos, capaz de produzir grandes génios, valioso agente da civilização, sobretudo quando, não se isolando no orgulho da sua pretendida superioridade, se abre de boa mente ás influências alheias, que o agüentam no pendor da barbárie.

11 Mas o que é verdadeiramente terrível é que a peste transpuzesse as fronteiras e contaminasse os outros povos. Durante o largo período em que se acentuou a indiscutível prosperidade material da Alemanha, o espírito dos contemporâneos, deslumbrado por essa admirável evolução, foi-se infiltrando do veneno moral que ela irradiava. Ao passo que a indústria alemã se apossava dos mercados, que se acolhiam com ânsia as conquistas utilitárias da sciencia alemã, celebravam-se com retumbância a arte alemã, a disciplina alemã, a filosofia alemã. Este entusias-

mo, partindo de alguns pensadores obcecados, espalhava-se pelo mundo, através da turba petulante e palradora dos *snoobs*. E é certo que se reflectia tristemente nas manifestações de arte, que entre as nações latinas perdiam os caracteres nativos de nitidez e de equilíbrio; na vida social, onde o apêlo à violência, por parte de governantes e governados, é consequência fatal da teoria da força prevalecente; na consciência moral, onde se deliam os sentimentos de bondade, de piedade, de tolerância, que constituíam a salvaguarda dos fracos no conflito de interesses e opiniões.

«Antes da guerra», diz o notavel pensador francez Gustavo Le Bon, «tinha-se estabelecido no mundo uma corrente germanófila. Foi preciso a demonstração da ferocidade da Alemanha, dos seus appetites de conquista, do seu desprezo pelo direito dos neutros, dos perigos que ela fazia correr a todos os povos, para inverter a direcção dessa corrente. O exito

dos Aliados acabou por se tornar um desejo universal».

Universal não diremos. Ainda hoje, por indesculpavel teimosia, se conservam cerrados muitos olhos. Mas isso representa apenas o estrebuxar de interesses feridos ou de vaidades inflexíveis. Repare-se num facto sintomático. É sabido que os sentimentos germanófilos dominam uma parte considerável da população da Espanha. Mas, ostensivamente, com relação á guerra, ha dois partidos apenas: os neutralistas e os intervencionistas em favor dos Aliados. Os germanófilos teem pejo das próprias predilecções, e ninguém ousa proclamar a intervenção a favor dos impérios centrais.

O engrossamento sucessivo das filas aliadas bem mostra a revolta da consciência humana contra a depravação germânica. A guerra contra a Alemanha transformou-se numa cruzada das nações. Todas elas defendem o património moral da civilização, a pique de se

subverter debaixo de uma filosofia bárbara.

Esse património moral consiste, repetimos, nas noções de justiça e de direito, de que as religiões e as filosofias têm impregnado o coração dos homens. Mas a sua influência reflete-se ainda no culto da beleza, que desde o advento da civilização tem inspirado as manifestações da arte humana. Sem um ideal de bondade ou de justiça, sem um forte sentimento generoso e nobre, não existe obra de arte viável. E nada contribue para demonstrar a elevação moral de um povo como as maravilhas da sua produção artística. Pode-se afirmar sem sombra de dúvida que pelos tesouros de arte se avalia, acima de tudo, a civilização de uma raça.

Por isso os alemães, movidos pela inveja, destróem sistemáticamente os monumentos das nações invadidas, assim como, por mesquinho ciúme industrial, arrazaram fábricas e oficinas. Estas últi-

mas, porêm, bastará o dispêndio de alguns milhões, de muitos milhões que seja, para as reconstruir. Ainda no caso sinistro do triunfo germânico, o próprio interesse dos vencedores lhes aconselharia essa reconstituição.

Mas os monumentos de arte, produtos do génio que não desabrocha sob uma chuva de milhões, as obras primas, que a laboração secular de gerações foi acumulando para transmitir aos vindouros um legado inestimável, êsse tesouro preciosíssimo que se impunha á admiração da humanidade e contribuía para afinar o espírito das populações, tudo isso está irremediavelmente perdido pela explosão brutal das granadas germânicas, pelas lavaredas do incêndio, pela estupidez vandálica do sàque. E pôde-se depreender o que por todo o mundo executaria a fúria destruidora das hordas teutónicas, se acaso elas levássem a efeito o seu sonho de domínio universal. Seria como o apagar de uma sublime civilização ar-

tística, para que a humanidade se prostrasse reverente ante o gigantesco manípulo de pau, representando a glória militar da Alemanha, como os selvagens africanos diante dos ídolos grotescos que representam as suas divindades.

É para afastar de vez essa nefanda perspectiva que a humanidade se levanta, num ímpeto de revolta, contra as ambições tremendas do germanismo.

Para nós, povos cristãos, impõe-se duplamente êsse dever. Por maiores que sejam as restrições que a nossa razão imponha á fé religiosa, os nossos sentimentos derivam da moral cristã. Não podemos compreender sem êles a existência de uma sociedade organizada. Séculos de cristianismo implantaram em nossas almas um ideal de justiça, que a influência teutónica pretende desarraigar. Combatendo-a, obstamos á desagregação do que nos é mais caro, das duas instituições que são o mais sólido fundamento da vida social: a pátria e o lar

domestico. Opomo-nos a que o mal, imposto pela força, estrangule na alma humana as aspirações do bem, que a elevaram acima da primitiva selvageria. Não queremos reverter á condição de feras; queremos, pelo contrário, ascender na obra de depuração moral, da qual o germanismo intenta desviar-nos.

Era forçoso que Portugal entrasse na cruzada. Foram os portuguezes quem doou á humanidade cêrca de dois terços do globo. A cruz de Cristo, que arvoraram como lábaro, não era tão sómente um emblema de seita religiosa; era um símbolo de justiça, de amor, de caridade, de solidariedade humana. Ela representava naquelas eras a culminância da civilização moral. Era esta civilização que êles, pela espada dos conquistadores e pela palavra dos missionários, espalhavam pelo mundo inteiro. É essa civilização, engrandecida por séculos de sàdia cultura, que a falsa cultura germânica está pondo em cheque. Como nãc

acudiríamos a salvá-la, nós que fomos os primeiros a dar-lhe expansão no universo? Estamos na lógica da nossa missão histórica. Através da guerra que nos impozeram, o sangue português continúa a derramar-se pela obra de paz e de fraternidade humana, que os nossos antepassados encetaram pela comunicação das raças, desconhecidas entre si.

Sim ! É para a paz que caminhamos, através da guerra. É por isso que os Aliados rejeitam êsse simulacro, que se chama a paz alemã e que não passaria de uma trégua entre o despotismo militarista, quási exausto e ânsioso de criar novas fôrças, e as democracias ludibriadas. É por isso que o Presidente Wilson, o mais ilustre defensor da liberdade dos povos, se recusa a tratar com um govêrno embusteiro e feroz, cuja palavra não merece a confiança do mundo. Contra êle faremos guerra, porque só o seu esmagamento pôde abonar a paz da humanidade. Não a fazemos ao povo ale-

mão, alucinado e oprimido, incapaz de revolta enquanto não se esvaírem do seu cérebro os sonhos ilusórios de poderio militar.

Eis o que a tal propósito diz o prusiano Hermann Fernau, num livro recentemente publicado :

«As revoluções vitoriosas apenas se tornam possíveis por campanhas perdidas, e o infortúnio dos Prussianos é não terem perdido uma campanha depois de Iena. Sim, caros leitores, é êsse um verdadeiro infortúnio, porque, se a Prússia tivesse sido uma só vez vencida, a velha firma falida (a firma da Monarquia por graça de Deus) ha muito que estaria extinta, e nunca teria havido a presente guerra. Quando Lamartine disse: «Não é a pátria, mas a liberdade que corre maior perigo na guerra», deveria ter dito na guerra *vitoriosa*. Porque todas as guerras vitoriosas significam para a nação vitoriosa uma perda de liberdades políticas, ao passo que para a vencida é

fonte de inspiração e de progresso democrático.

«Porque, o que sucederia se nós os alemães emergíssemos vitoriosos da guerra? A nossa vitória significaria apenas um fortalecimento do princípio dinástico de poder arbitrário em toda a linha. Aquêles de entre nós que deploram o atrazo político da nossa pátria devem convencer-se que uma vitória alemã prolongaria por séculos a nossa atrazada condição. E não só a Alemanha, mas a Europa inteira, teriam que sofrer as consequências. Todas as liberdades políticas penosamente conquistadas durante dois séculos cederiam perante a onnipotência da dinastia vitoriosa, e não permaneceria mais do que a sua sombra».

Com êste insuspeito testemunho permitam-nos pôr em confronto as palavras pronunciadas, antes de o conhecer, pelo autor do presente livrinho:

«A Alemanha reconstituída, desafio-

gada do militarismo prussiano, entregue á sua obra fecunda de paz e de sciência, livre do pesadêlo horrível que só lhe concitou ódios, desanuviada dos fumos alucinantes da vanglória, olhos fitos no ideal supremo da liberdade, mãos robustas empunhando os instrumentos de trabalho honesto, cérebro potente a desentranhar-se em inventos, é uma alavanca poderosa, inestimável, para o progresso humano. Durante largos anos de prosperidade aparente, enquanto o virus latente lhe minava o organismo, ela mostrou ao mundo a grandeza do seu engenho, a pertinácia do seu labor, a excelência da sua indústria. Ela contribuiu largamente para o confôrto material dos homens, para tornar a vida mais suave e festiva, para dar aos pobres um pouco do luxo que era apanágio dos ricos. Talvez para isso o desgraçado povo sacrificasse inconscientemente os seus velhos ideiais de dignidade e queimasse nas aras do despotismo férreo os derradeiros res-

quícios da sua altivez democrática. Mas o preço que nos exigiu era desproporcionado aos seus serviços, por grandes que fôsem. Era a escravidão ignóbil, era a transformação dos homens livres num bando de grilhetas, empregados na faina permanente de abarrotar os seus cofres. De tal aspiração, os primeiros rebates da fome deviam ter começado a fazer-lhe sentir a insensatez.

«Que pena que só tão cruel expediente restasse para lhe abrir os olhos, a êsse desatinado povo, progenitor de heróis e de génios! Mas, se tanto se conseguir, êle poderá dizer mais tarde, quando voltar á plenitude da razão, que o derrotado não foi êle, mas dentro dêle a fôrça ancestral que o avassalava, a energia atávica do barbarismo que irrompeu através dos nobres sedimentos, depostos por minguidos séculos de civilização. E extinta esta irrupção formidável, libertado finalmente pelas mãos que o guerreiam, depurar-se-á de fermentos mali-

gnos a cultura de que êle se vangloria, a qual só é verdadeiramente fecunda quando lhe bate em cheio a chama do sol latino.» (*)

Por isso repetimos agora: Portugal, outrora protagonista no grande drama da civilização do mundo, não podia manter-se alheio à trágica peripécia que conduzirá à pacificação universal, desenlace esplêndido da áspera e sanguinolenta jornada.

(*) *Aspectos morais da guerra europeia*, Conferência realizada em 13 de Maio de 1917. Separata do n.º 20 da «Atlantida»

ÍNDICE



pag.

I — Origens da guerra.....	3
II — Situação de Portugal perante a guerra	11
III — Interesses de política internacional..	13
IV — Interesses de política geral.....	23
V — Interesses de ordem moral.....	59

Livros a publicar na 9.ª secção:

PORTUGAL NA HISTÓRIA

Director — Henrique Lopes de Mendonça

Capitão de Mar e Guerra

Socio efectivo e antigo Presidente da Academia das
Sciências de Lisboa

Professor de história na Escola de Belas-Artes de Lisboa

- Como se formou Portugal
 - Como Portugal criou vigor
 - O descobrimento do mundo
 - Heróis portugueses pelo mundo fora
 - Os grandes políticos de Portugal
 - Santos de Portugal
 - Como Portugal manteve a independência
 - Lutas religiosas em Portugal
 - Como a Revolução Francêsa influiu em Portugal
 - Instituições políticas de Portugal
 - Mulheres de Portugal
 - Portugal e a Espanha
 - Colónias perdidas e colónias restauradas
 - Como se fez o Brasil
- Etc. etc.

Livros publicados:

- 1—*Como se observa.*
- 2—*A utilidade das árvores.*
- 2—*Como se fala a bordo.*
- 4—*De Ceuta ao Cabo da Boa Esperança.*
- 5—*Educação e democracia.*
- 6—*Serração de madeiras.*
- 7—*Emquanto não vem o medico.*
- 8—*O que deve saber o serra lheiro.*
- 9—*O tributo de sangue.*
- 10—*A boa educação.*
- 11—*Atitudes, gestos e boas maneiras.*
- 12—*O Algarve.*
- 13—*O encanto feminino.*
- 14—*O que é o commercio.*
- 15—*Como se fazem queijos.*
- 16—*O escotismo.*
- 17—*Arte de ser feliz.*
- 18—*A mocidade e o dever militar.*
- 19—*Arte de ter saúde.*
- 20—*Como se estuda.*
- 21—*Historia pátria pelos monumentos.*
- 22—*Como se caça.*
- 23—*Como se evitam desastres.*
- 24—*Direitos e deveres do português no estrangeiro.*
- 25—*Portugal contra os mouros.*
- 26—*Como se pesca.*
- 27—*Para que servem as alfandegas.*
- 28—*O ensino industrial em Portugal.*
- 29—*Como se medem terras.*
- 30—*Educação física.*

Todos devem lêr os

“LIVROS DO POVO”, e distribuí-los pela gente da cidade e pela gente dos campos, pelas crianças e pelos adultos, nas escolas e nos lares, em toda a parte onde haja uma consciência a desabrochar, um cérebro a formar, um espírito a conduzir.

É só uma a missão de **OS LIVROS DO POVO** — educar. Da sua larga e constante divulgação depende o bom desempenho dessa missão. Por isso apelamos para todos, certos de que por todos seremos compreendidos e auxiliados.

Patriotas, professores, educadores, artistas, comprei **OS LIVROS DO POVO**, e distribuí-os por aqueles que queiram lê-los e aprender neles o que não saibam.

Cada volume de 64 páginas de texto compacto

50 réis!!!

LIVRARIA PROFISSIONAL

Largo do Conde Barão. 49—LISBOA

*Pedir prospecto com a descripção
detalhada dos Livros do Povo*

— 20 —

EDITOR

PEDRO BORDALLO PINHEIRO

LIVRARIA PROFISSIONAL

Largo do Conde Barão, 49

LISBOA

NB



•EFG0000106110•